

**DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDAS DIVERSAS (DOD-D)**

**COMPRA DIRETA**



**ATENÇÃO: Somente utilizar esse modelo de DOD-D para as aquisições e serviços cujos valores não ultrapassem o limite estabelecido no artigo 24, incisos I e II da Lei 8.666/1993, alterado pelo Decreto 9.412, de 18/06/2018, atualmente correspondentes a R\$ 33.000,00 e R\$ 17.600,00 , respectivamente.**

1. DATA: 21/9/2022

1. UNIDADE REQUISITANTE: ASSESSORIA DA ESCOLA JUDICIAL

Responsável pela requisição: Fernanda dos Reis Lisboa

Telefone/ramal para contato: Ramal 1026

1. DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO (SERVIÇOS e/ou MATERIAIS/EQUIPAMENTOS) COM SUAS ESPECIFICAÇÕES:

Contratação da docente **Neidy Aparecida Emerick Torrezani** – Especialista em Direito Público pela FACULDADE CÂNDIDO MENDES – VITÓRIA/ES, para atuar como laboratorista nos laboratórios “**Laboratório 3** - Diálogos com a Corregedoria: caminhos para harmonizar metas e qualidade de vida” e “**Laboratório 1** - Volume de processos, estagnação na carreira e formas de ampliar o suporte aos julgamentos na segunda instância”, que fazem parte do Encontro Anual de Magistradas(os). Os Laboratórios ocorrerão nas datas de **10 e 17 de outubro de 2022**, virtualmente, nas Salas do Zoom ou Google Meet. Os laboratórios são destinados a Magistrados e Desembargadores do TRT15, independentemente de estarem inscritos no Encontro de Magistrados. O pagamento será realizado conforme Ato GP-EJ nº 01/2019.

**Plano orçamentário: Formação de Magistrados**

1. CONTRATAÇÃO URGENTE ou EMERGENCIAL? (x) NÃO ( ) SIM. Se sim, justificar:

DATA DESEJÁVEL PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS: **10/10/2022** .

1. JÁ FORAM REALIZADAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES PARA O MESMO OBJETO:

(X) NÃO ( ) SIM. Se sim, houve alguma ocorrência que afetou a qualidade dos serviços/fornecimento?

## 1. JUSTIFICATIVA PARA A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E OS OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:

As constantes e complexas mudanças vividas na atualidade revelam a necessidade de respostas rápidas, inovadoras e centradas na solução efetiva de problemas. Há uma necessidade crucial de aumentar o nível de inovação no setor público para enfrentar os desafios do século XXI.

Para tanto, as competências relacionadas à solução de problemas complexos, criatividade, empatia, visão sistêmica, trabalho colaborativo, capacidade de prospecção e capacidade de inovação, por exemplo, configuram-se essenciais para os profissionais da atualidade. Outrossim, como resultante deste cenário de mudanças, problemas relacionados ao exercício profissional e relação institucional revelam a necessidade de ampliação dos espaços de diálogo e de construção de novos caminhos.

Diante disso, a Escola Judicial propõe a conciliação de duas grandes necessidades: a construção de propostas para solução de problemas complexos vivenciados pela magistratura do TRT da 15ª Região, cujos limites deliberativos estejam restritos ao âmbito deste Regional, e a prática da construção de propostas inovadoras, a partir da coordenação de laboratoristas, com aplicação das técnicas adotadas em laboratórios de inovação.

A partir da vivência das práticas desenvolvidas em laboratórios de inovação, para a construção de propostas de solução relativas às questões descritas no item 12 deste documento, serão oferecidas oportunidades de exercício das competências relacionadas à inovação. Propõe-se a aprendizagem pela prática. Além disso, o contato com este novo modelo de construção de ideias disruptivas poderá ampliar espaços de fomento da cultura de inovação, no âmbito deste Tribunal.

Para a realização dessa atividade foram convidados laboratoristas, juízes e servidores da Justiça Federal, com experiência na técnica e laboratório de inovação.

Ao final do curso o aluno deverá ser capaz de:

Identificar os problemas relativos à sua realidade profissional neste TRT;

Construir propostas e soluções para serem encaminhadas à nova administração (que será eleita para o biênio 2023/2024), por ocasião do Encontro de magistradas(os), que será realizado nos dias 10 e 11 de novembro;

Sentir-se pertencente à Instituição;

Conhecer as práticas relacionadas aos laboratórios de inovação do Judiciário;

Aperfeiçoar competências relacionadas à inovação (solução de problemas complexos, criatividade, empatia, visão sistêmica, trabalho colaborativo, pensamento prospectivo).

Singularidade do objeto: Trata-se de objeto singular, em razão de sua complexidade que demanda especialização do profissional que irá atendê-lo com garantia de eficiência no atendimento ao objeto.

Notória Especialização Para tanto, foi convidada a facilitadora docente **Neidy Aparecida Emerick Torrezani**, cujo currículo segue:

Experiência De 01/04/2004 a 28/03/2005 Diretora de Secretaria do 1º Juizado Especial Federal De 01/08/2005 a 12/09/2006 Diretora de Secretaria do 3º Juizado Especial Federal De 13/09/2006 a 21/06/2017 Diretora de Secretaria do 2º Juizado Especial Federal De 11/07/2017 a 07/04/2021 Diretora da Secretaria Geral

Escolaridade CURSO DE LETRAS-PORTUGUES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES,

VITÓRIA-ES · Concluído em 1987 CURSO DE DIREITO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO UFES –  
VITÓRIAES · Concluído em 1997 PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO – FACULDADE CÂNDIDO MENDES –  
VITÓRIAES · Concluído em 2007 MBA EM LIDERANÇA E DESENVOLVIMENTO HUMANO – FUCAPE – VITÓRIA-ES  
· Concluído em 2017

1. PREVISÃO DE CUSTOS:

**R\$ 2.129,70** (referente ao pagamento de 6horas/aulas x R\$ 354,950 (valor conferido a servidores federais com título de Especialização, conforme o Ato GP-EJ nº 01/2019))

1. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA? Não se aplica.

(x) Não ( ) Sim. Se sim, indicar local para entrega e prazo máximo para apresentação

8.1 No caso de amostra, é necessário definir OBJETIVAMENTE os critérios de análise para aceitação, além das especificações.

8.2 Caso o objeto tenha grandes proporções, poderá ser encaminhado exemplar menor do objeto?

(x) Não ( ) Sim. Se sim, qual o tamanho mínimo?

8.3 Caso a amostra seja aprovada, a unidade poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido? ( ) Não ( ) Sim

8.4 é prevista marca de referência?

(x) Não ( ) Sim. Se sim, a amostra será dispensada caso seja proposta a marca de referência? ( ) Sim ( ) Não

8.5 é exigida marca específica?

(x) Não ( ) Sim. Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos. Justificativa:

1. PRAZO DE EXECUÇÃO / LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU PARA O FORNECIMENTO DO OBJETO

Datas:

- Dia 17 de outubro - 9h às 12h Laboratório 2
- Dia 24 de outubro - 9h às 12h Laboratório 1

Local: Salas do Zoom ou Google Meet.

1. GARANTIA MÍNIMA PARA OS SERVIÇOS E PEÇAS (SE COUBER) / OBJETO: Não se aplica.

1. HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A SEREM OBSERVADOS?

SIM  NÃO

1. HÁ ARQUIVOS COMO FOTOS, PROJETOS, CROQUIS QUE PODEM SER DISPONIBILIZADOS AOS INTERESSADOS?

SIM  NÃO

1. HÁ NECESSIDADE DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA?

SIM  NÃO

Se sim, indicar nomes dos responsáveis para agendamento e telefone para contato

1. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

SIM  NÃO

Se sim, indicar quais normas

1. SERÁ EXIGIDA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA como material técnico ilustrativo, manual, laudo, certificação como ABNT, *AS BUILT*?

SIM  NÃO

Se sim, indicar qual documentação

1. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Não se aplica

1. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Instruem este pedido: Plano de Ação Formativa (PAF) , formulário de contratação de palestrante externo, diploma

de Especialização e a Ato GP-EJ nº 01/2019.

Dados da palestrante:

Neidy Aparecida Emerick Torrezani

Telefone: (27) 99228-4019 –

Email: [neidy@jfes.jus.br](mailto:neidy@jfes.jus.br)

#### **PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO**

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. **ATENÇÃO:** Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.“